

J. A. PENALVA SANTOS

OS CONTRATOS MERCANTIS À LUZ DO CÓDIGO CIVIL

MALHEIROS EDITORES



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 347.44

S237c

Código de barras: STJ00062656

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	15
1.1 Lei de introdução ao Código Civil	16
1.2 Observações preliminares	17
1.3 O problema visto à luz da natureza jurídica da Lei de Introdução ao Código Civil	17
1.4 A natureza da Lei de Introdução ao Código Civil no Brasil	17
2 - COMPRA E VENDA MERCANTIL	
2.1 História recente da compra e venda	22
2.2 Conceito. Análise dos arts. 481 do novo CCe 191 do C Comercial	22
2.3 Acórdão do STF no RE 88.716-RJ (rei Min. Moreira Alves)	23
2.4 Natureza jurídica da compra e venda	26
2.4.1 Tradição da coisa	27
2.4.2 Formas de tradição	28
2.4.3 Peculiaridades no caso de entrega da coisa	29
2.4.4 Lugar da tradição	30
2.4.5 Tempo da tradição	30
2.5 Coisa litigiosa	30
2.6 Coisa futura	30
2.7 Caso dos contratos que envolvem móveis e imóveis	31
2.8 Compra e venda no Projeto de Código Civil Unificado com o Código Comercial de 1998 da República Argentina	
2.8.1 Principais tópicos	32
2.8.2 Venda sobre documentos	33
2.8.3 Contrato de fornecimento	33
3 - TIPOS DE VENDA MERCANTIL	
3.1 Venda a esmo, por partida inteira (" <i>per aversionem</i> ")	35
3.1.1 Outra hipótese de venda em bloco	37
3.1.2 Venda genérica	37
3.2 Venda à vista de amostra, protótipo ou modelos	38
3.3 Venda a contento	40
3.3.1 Medidas necessárias relativas às vendas a contento	40
3.3.2 Código Civil Italiano	42
3.3.3 Código Civil de 1916	42
3.3.4 Código Civil de 2002	43
3.4 Venda sob experimentação	43
3.4.1 Vendas sob experimentação no Código Civil de 2002	45
3.4.2 Venda sujeita à prova ou ao ensaio	46
3.4.3 Venda sob degustação (" <i>ad gustum</i> ")	47



3.4.3.1 A degustação no novo Código Civil	48
3.4.3.2 Transferência da propriedade da coisa	52
4 - TIPOS ESPECIAIS DE VENDA MERCANTIL	
4.1 Venda sobre documentos (arts. 529 – 532)	53
4.1.1. Pagamento	54
4.1.2 Apólice de seguro	54
4.1.3 Banco	54
4.1.4 Aplicação do parágrafo único do art. 529	54
4.1.5 Alguns requisitos necessários às vendas sobre documentos	55
4.2 Cláusula "salvo venda"	55
4.3 Cláusula de exclusividade	56
4.3.1 Cláusula de exclusividade no contrato de fornecimento no Código Civil Italiano	60
4.4 Venda com faculdade de troca	61
4.5 Vendas salvo confirmação	61
4.6 Contrato mediante poupança	62
4.7 Cláusula de período de reflexão (" <i>cooling off period</i> ")	63
4.8 "Hardship clause"	63
4.8.1 Conceito	64
4.9 Vendas condenadas no Direito Francês	65
4.9.1 Vendas de envio forçado	65
4.9.2 Vendas subordinadas (" <i>jumelage</i> " ou " <i>tying agreement</i> ")	66
4.9.3 Vendas de "bola de neve"	67
4.9.4 Vendas com perda	68
4.10 Venda "por enfiada"	68
4.11 Cláusula de não alienar	69
4.12 Venda à satisfação do comprador (art. 1.365 do CC Argentino)	69
4.13 Pacto de melhor comprador (" <i>pactum ihaddictionis in diem</i> ")	70
4.14 Pacto de não se estabelecer o vendedor	71
4.15 Cláusula de fixação de preço mínimo para a venda	71
4.15.1 Teoria favorável à clausula V	71
4.16 Venda com reserva de assinalar o nome da pessoa para quem se compra (compra "em comissão")	72
5 - CONTRATO DE COMISSÃO MERCANTIL (ARTS. 693-709 DO CC)	
5.1 Comissão mercantil	74
5.2 Evolução histórica	75
5.3 Celebração do contrato de comissão, mercantil	76



5.4 Características do contrato de comissão mercantil	77
5.5 Problema referente à indicação, pelo comissário, do nome do comitente	77
5.6 Morte do comitente ou sua incapacidade civil	78
5.7 Compensação	78
5.8 Cláusula " <i>del credere</i> "	79
5.8.1 Responsabilidade do comissário " <i>del credere</i> "	79
5.8.2 Origem da comissão " <i>del credere</i> "	79
5.8.3 Funções do " <i>del credere</i> "	80
5.8.4 Natureza jurídica do " <i>del credere</i> "	80
 6 - CONTRATO ESTIMATÓRIO	
6.1 Conceito e características	81
6.2 " <i>Modus operandi</i> " do contrato estimatório	82
6.3 Interpretação dos dispositivos do Código Civil concernentes ao contrato estimatório	
6.3.1 Art. 534	84
6.3.2 Art. 535	85
6.3.3 Art. 536	85
6.3.4 Art. 537	85
6.4 Falência do consignatário	87
6.5 Conclusão	87
 7 - CONTRATO DE AGÊNCIA	
7.1 Conceito (art. 710 do CC)	88
7.1.1 O que não é o contrato de agência	89
7.2 Direito Francês	89
7.2.1 Regulamentação legal na França	90
7.2.2 Criação do estatuto dos agentes comerciais	91
7.3 Contrato de agência no Direito Italiano	91
7.4 Diretiva 86/653/CEE, de 18.12.1986, Decreto-lei 178, de 3.7.1986, e Decreto-lei 118, de 13.4.1993, de Portugal	95
7.5 Contorno jurídico do contrato de agência	95
7.6 Autonomia do contrato de agência	96
7.7 Disciplina	97
7.8 Contratos de agência e distribuição	97
7.9 Requisitos do contrato de agência	98
7.10 Principais funções do agente	98
7.11 Área ou território	100
7.12 Formalidade do contrato	100
 8 - CONTRATOS DE DISTRIBUIÇÃO	
8.1 Conceito	101



8.2 Características	102
8.3 Distribuição, agência, concessão mercantil, representação comercial, consignação e franquia	102
8.3.1 Concessão mercantil	103
8.3.2 Representante comercial	104
8.3.3 Viajante ou pracista	105
8.3.4 Franquia empresarial	106
8.4 Características próprias da distribuição	106
8.5 Distribuição direta e indireta	107
8.6 Contrato de distribuição no Direito Português	109
9 - CONTRATO DE EXPEDIÇÃO	110
 10 - CORRETAGEM OU MEDIAÇÃO	
10.1 Definição	113
10.2 Natureza jurídica	113
10.3 Tipos de corretagem	114
10.4 Atividade e obrigações do corretor	114
10.5 Formação do vínculo entre o corretor e a parte do contrato principal que com ele contratou	115
10.6 Forma e prova do contrato	115
10.7 Remuneração	116
10.7.1 Comissão de corretagem	116
10.7.2 Cláusula de opção	117
10.7.3 A questão do " <i>over price</i> "	118
10.8 Responsabilidade do corretor	118
10.9 Pluralidade de corretor es	118
10.10 Quando o corretor for representante legal de uma das partes (art. 722 do Código Civil)	119
10.11 Extinção da corretagem	119
10.12 Problema da desistência	119
10.13 Corretagem sem opção	120
10.14 Caso do corretor espontâneo	120
10.15 Nulidade dos contratos de corretagem	121
10.16 Jurisprudência	121
10.17 Conclusões	123
 11 - CONTRATO DE FORNECIMENTO	
11.1 Definição	124
11.2 Características do contrato de fornecimento	125
11.3 Dupla visão do contrato de fornecimento	125
11.4 Cláusula de demanda garantida	125
11.5 Resolução do contrato por alteração das condições	126



11.6 O contrato de fornecimento e o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8^078. de li.9.1990)	126
11.7 Conclusões	128
12 - CONTRATO DE CONTA CORRENTE BANCARIA	
12.1 Introdução	
12.1.1 Origem histórica das práticas bancárias	129
12.1.2 Função do banco	131
12.2 Conta corrente	
12.2.1 Distinção entre conta corrente e contrato de conta corrente	131
12.2.2 Funções da conta corrente	134
12.2.3 Modalidades de conta corrente bancária	134
12.3 Contrato de conta corrente bancária	
12.3.1 Teorias	135
12.3.2 Natureza jurídica	136
12.3.3 Características	136
12.3.4 Contratação, abertura, movimentação e controle da conta corrente bancária	137
12.3.5 Penhora de saldo em conta corrente bancária	137
12.3.5.1 Penhora de conta coletiva	139
12.3.6 Resolução do contrato	139
12.3.7. O contrato de conta corrente bancária e o Código Civil	141
12.3.8 A conta corrente no direito falimentar no Brasil	142
12.4 Execução de cheque especial	142
12.5 Compensação entre títulos de crédito	142
12.6 O contrato de conta corrente bancária no direito comparado	145
12.6.1 Contrato de conta corrente no sistema português	
12.6.1.1 Características do contrato de conta corrente bancária	147
12.6.1.2 Efeitos da conta corrente	147
12.6.1.3 Tipos de contas em Portugal	148
12.6.1.4 Conta conjunta	148
12.6.1.5 Direito à conta	149
12.6.1.6 Compensabilidade das contas	149
12.6.1.7 Entrega fiduciária para a conta bancária alheia	150
12.6.1.8 Bloqueio da conta	150
12.6.1.9 Termo do contrato	150
12.6.1.10 Encerramento da conta corrente	150
12.6.1.11 Efeitos do encerramento da conta	151
12.6.2 A conta corrente no direito italiano	151
12.6.2.1 Aprovação da conta	152
12.6.2.2 Seqüestro ou penhora do saldo	153



12.6.2.3 Encerramento da conta	153
13 - DEPÓSITO BANCÁRIO	
13.1 Definição	154
13.2 Evolução histórica	155
13.3 Finalidade do depósito bancário	155
13.4 Natureza jurídica	155
13.5 Tipos de depósito bancário	156
13.6 Obrigações do banco	156
13.7 Forma de contrato	156
13.8 Extinção do contrato	156
13.9 Falência do depositante	157
13.10 Morte do depositante	157
13.11 Caso do menor e do analfabeto	157
13.12. Teorias sobre o depósito bancário	157
14 - ABERTURA DE CRÉDITO BANCÁRIO	
14.1 Definição	159
14.2 Fases do contrato	159
14.3 Diferença entre disponibilidade e custódia	160
14.4 Diferença entre abertura de crédito, mútuo e financiamento: elementos distintivos-Teorias	161
14.5 Natureza jurídica	161
14.6 Características de abertura de crédito	162
14.7 Obrigações do banco	162
14.8 Extinção do contrato	163
15 - DESCONTO BANCÁRIO	
15.1 Definição	164
15.2 Histórico	164
15.3 Natureza jurídica do contrato - Teorias	165
15.4 Estrutura do contrato	167
15.5 Obrigações do descontatário (cliente)	167
15.6 Extinção do contrato	167
15.7 Ações suscetíveis de serem propostas pelo banco	168
15.7.1 Acordo de garantia de adimplemento	168
15.7.2 Ação causal	169
16 - ANTECIPAÇÃO BANCÁRIA	
16.1 Introdução	170
16.2 Teorias sobre a antecipação bancária	171
16.3 Diferença entre antecipação bancária, mútuo, abertura de crédito e desconto bancário	172



16.4 Natureza jurídica	172
16.5 Tipos de antecipação bancária	173
16.6 Elementos do contrato	173
16.7 Objeto da garantia	174
16.8 Conteúdo da antecipação	174
16.9 Extinção da antecipação	175
16.10 A antecipação bancária e o Código Civil	175
16.11 Outras garantias	176
16.12 Penhor irregular	176
 17 - REPASSE-FINANCIAMENTO	
17.1 Introdução	178
17.2 Notas do repasse-financiamento	181
17.3 Ainda sobre a assunção da dívida	182
17.4 A figura do contrato de repasse-financiamento e os contratos coligados	183
17.5 Características da operação	184
17.6 Questões práticas relativas ao contrato de repasse- financiamento	187
17.7 Reflexos da aplicação do princípio na jurisprudência	190
17.7.1 Nosso ponto de vista	191
17.5 Aplicação da taxa de indexação nos contratos de repasse- financiamento de recursos externos na jurisprudência	192
 BIBLIOGRAFIA	196

